

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Ambiente,  
Ordenamento do Território, Descentralização,  
Poder Local e Habitação  
**Deputado Pedro Soares**

S. Bento, 12 de outubro de 2018

*Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro do Ambiente e da investigadora Catarina Eira sobre a não execução do plano de proteção a golfinhos de Setúbal*

Durante 7 anos, uma equipa de biólogos estudou as zonas marinhas que na costa portuguesa para definir quais deveriam ser classificadas como Rede Natura 2000. Um dos principais objetivos era a proteção de cetáceos, nomeadamente golfinhos.

Apesar de em 2016 ter sido realizada a discussão pública da proposta resultante do estudo, nunca existiu uma decisão definitiva. Só este ano, em agosto, ocorreu nova discussão pública, desta feita para definir os planos de gestão que definem como serão mantidos os valores naturais das zonas, nomeadamente recifes e bancos de areia. No entanto, das 4 zonas propostas para proteção, apenas avançam agora duas delas. As duas zonas que colidem de forma evidente com as dragagens da entrada do Rio Sado - para que o Porto de Setúbal receba navios de maior dimensão - saem da proposta.

A investigadora responsável, Catarina Eira, em declarações à TSF informou que, dois anos depois de feita a primeira consulta pública, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) não avançou com a segunda consulta para aprovar os planos de gestão destes sítios de importância ecológica para os golfinhos na Costa de Setúbal e no Estuário do Sado, apesar dos mesmos já terem sido fechados pelos biólogos.

Ainda que nenhuma área marinha está ainda inscrita como Rede Natura 2000, sendo que o processo devia estar já concluído há 3 anos. O atraso e agora a exclusão das duas áreas

referidas não serve os objetivos de conservação da natureza a que o governo está vinculado. Retirar duas áreas de conservação por conflitarem com as dragagens do porto de Setúbal não é aceitável, dado que o trabalho de 7 anos as identificou como áreas a proteger.

Face a esta situação consideramos essencial proceder a um conjunto de suções para apurar o que levou ao atraso na execução do plano e agora à retirada de duas das zonas a proteger.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer as seguintes audições:*

**- Ministro do Ambiente;**

**- Catarina Eira, investigadora da Universidade de Aveiro.**

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Maria Manuel Rola